

Alerta Legislação nº 12, de 16 a 21 mar. 2026

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI COMPLEMENTAR Nº 228, DE 19 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a redução de alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a indústria química e petroquímica, e altera as Leis nºs [11.196, de 21 de novembro de 2005](#), e [10.865, de 30 de abril de 2004](#).

DECRETO Nº 12.880, DE 18 DE MARÇO DE 2026

Regulamenta a [Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025](#), que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e institui a Política Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital.

Governo do Estado de São Paulo

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.439, DE 13 DE MARÇO DE 2026

Autoriza o Poder Executivo a assegurar a prestação de serviços de escolta e segurança pessoal a autoridades e ex-autoridades do Estado de São Paulo, bem como a seus familiares, em razão do risco inerente às funções públicas exercidas.

LEI Nº 18.429, DE 13 DE MARÇO DE 2026

Altera a [Lei nº 17.431, de 14 de outubro de 2021](#), para estabelecer o Protocolo de Combate à Violência contra a Mulher na Universidade.

LEI Nº 18.427, DE 13 DE MARÇO DE 2026

Institui o Protocolo Antirracista, determinando aos estabelecimentos comerciais de grande circulação de pessoas que implementem medidas de prevenção, conscientização e acolhimento de vítimas em situação de racismo no âmbito do Estado de São Paulo.

LEI Nº 18.426, DE 13 DE MARÇO DE 2026

Altera a redação da [Lei nº 6.757, de 15 de março de 1990](#), para tornar obrigatória a execução vocal semanal do Hino Nacional em todos os estabelecimentos públicos e privados de ensino fundamental e ensino médio no Estado de São Paulo.

LEI Nº 18.425, DE 13 DE MARÇO DE 2026

Garante o direito à amamentação e ao aleitamento materno em creches e estabelece diretrizes ao Poder Executivo Estadual para o apoio aos municípios na formulação e implementação de ações de proteção e incentivo à

amamentação e ao aleitamento materno em creches no âmbito do Estado de São Paulo.

LEI Nº 18.424, DE 13 DE MARÇO DE 2026

Autoriza a criação do Programa de Combate aos Crimes de Pedofilia e Exploração Sexual Infantil no âmbito das escolas estaduais e dá outras providências.

LEI Nº 18.423, DE 13 DE MARÇO DE 2026

Disciplina a celebração de contratos de cessão onerosa de direito à nomeação de eventos e equipamentos públicos estaduais - "Naming Rights".

LEI Nº 18.422, DE 13 DE MARÇO DE 2026

Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Estadual para o Incentivo à Utilização da Musicoterapia como tratamento terapêutico complementar de pessoas com deficiência, síndromes e/ou Transtorno do Espectro Autista - TEA.

LEI Nº 18.420, DE 13 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de refeições prontas para o consumo e dá outras providências.

LEI Nº 18.419, DE 13 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre o estabelecimento de Perímetro de Proteção Escolar no entorno das unidades da rede estadual de ensino, e dá outras providências.

Prefeitura de São Paulo

DECRETO Nº 65.022, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Regulamenta os procedimentos para execução, rastreabilidade e transparência das emendas parlamentares municipais e das emendas parlamentares federais e estaduais, no âmbito do Município de São Paulo.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

20/03/2026

LEI COMPLEMENTAR Nº 228, DE 19 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a redução de alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a indústria química e petroquímica, e altera as Leis nºs [11.196, de 21 de novembro de 2005](#), e [10.865, de 30 de abril de 2004](#).

LEI Nº 15.356, DE 19 DE MARÇO DE 2026

Altera a [Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020](#), para autorizar a utilização de recursos não comprometidos do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para a cobertura de operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

**19/03/2026
(Ed. extra)**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.344, DE 19 DE MARÇO DE 2026

	<p>Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 10.000.000.000,00, para os fins que especifica.</p> <p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.343, DE 19 DE MARÇO DE 2026</u> Altera a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, para criar a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT, e para dispor sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.</p> <p><u>DECRETO Nº 12.884, DE 19 DE MARÇO DE 2026</u> Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e aos dependentes da Previdência Social no ano de 2026.</p> <p><u>DECRETO Nº 12.883, DE 19 DE MARÇO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 12.878, de 13 de março de 2026, para especificar regras sobre o preço de comercialização e para definir diretrizes sobre parâmetros de mercado a serem aplicados na metodologia do preço de referência do óleo diesel de uso rodoviário.</p>
18/03/2026 (Ed. extra)	<p><u>DECRETO Nº 12.880, DE 18 DE MARÇO DE 2026</u> Regulamenta a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e institui a Política Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital.</p>
18/03/2026	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.342, DE 17 DE MARÇO DE 2026</u> Abre crédito extraordinário em favor do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e do Ministério das Cidades; de Encargos Financeiros da União; e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.305.000.000,00, para os fins que especifica.</p>
Atos do Congresso Nacional (CN)	<p><u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 2026 (*)</u> Aprova o texto da Convenção Internacional sobre a Remoção de Destroços, adotada em 2007, no âmbito da Organização Marítima Internacional.</p> <p><u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 2026 (*)</u> Aprova o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e seus Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17 de janeiro de 2026.</p>
Atos do Poder Judiciário	<p><u>DECISÕES</u> Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade (Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)</p>

	<p>ADI 7436 Mérito Relator(a): Min. André Mendonça REQUERENTE(S): Procurador-geral da República INTERESSADO(A/S): Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (...)</p>
Atos do Senado Federal (SF)	<p><u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2026</u> Cria a Comenda Laço Branco, a ser concedida a homens ou instituições que atuam na luta pelo fim da violência contra a mulher.</p>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	<p>CONSELHO DE GOVERNO → Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) <u>PORTARIA CMED Nº 8, DE 12 DE MARÇO DE 2026</u> Atualiza a relação dos grupos econômicos, conforme regramento constante do Comunicado CMED nº 5, de 25 de março de 2015, para definição do índice de concentração de mercado por classe terapêutica para o estabelecimento dos três níveis do fator de ajuste de preços relativos intrasetor (Fator Z), a serem utilizados no ajuste de preços de medicamentos de 2026.</p> <p>GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GSI) <u>PORTARIA GSI/PR Nº 156, DE 18 DE MARÇO DE 2026</u> Delega competência para assinatura do Acordo de Cooperação entre o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e o <i>Markets Innovation & Technology Institute</i> (MITI).</p>
Ministério da Agricultura e Pecuária	<p>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA <u>PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.577, DE 18 DE MARÇO DE 2026</u> Altera a lista de pragas quarentenárias presentes, constante do anexo da Instrução Normativa SDA nº 38, de 1º de outubro de 2018.</p>
Ministério da Cultura	<p>FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES <u>PORTARIA FCP Nº 85, DE 16 DE MARÇO DE 2026</u> Institui o Cadastro Geral das Comunidades Quilombolas e estabelece os procedimentos para expedição da Certidão de Autodefinição no âmbito da Fundação Cultural Palmares - FCP.</p> <p>FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES (FUNARTE) <u>PORTARIA FUNARTE Nº 775, DE 18 DE MARÇO DE 2026</u> Institui a Plataforma Rede das Artes como ferramenta de gestão no âmbito da Fundação Nacional de Artes.</p>

<p>Ministério da Defesa (MD)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM-MD Nº 1.286, DE 3 DE MARÇO DE 2026</u> Dispõe sobre a reserva de vagas às pessoas negras, indígenas e quilombolas, estabelecida na Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, nos concursos públicos e exames de admissão para ingresso nas escolas de formação de militares de carreira das Forças Armadas e nos processos seletivos simplificados para incorporação de candidatos para a prestação do serviço militar temporário de voluntários, de que trata o art. 27 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964.</p>
<p>Ministério da Educação</p>	<p>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB) <u>RESOLUÇÃO Nº 23, DE 17 DE MARÇO DE 2026</u> Regulamenta as diretrizes para a destinação de recursos do Fundeb à criação de matrículas em tempo integral na educação básica.</p>
<p>Ministério da Fazenda</p>	<p>CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN) <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.285, DE 13 DE MARÇO DE 2026</u> Estabelece as condições, os encargos financeiros, os prazos e as demais normas regulamentadoras das linhas de financiamento de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 1.337, de 6 de março de 2026, destinadas a pessoas físicas ou jurídicas afetadas pelos eventos climáticos ocorridos, em fevereiro e março de 2026, nos municípios que tiveram estado de calamidade pública reconhecido pelo Poder Executivo federal.</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.315, DE 18 DE MARÇO DE 2026</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017, para dispor sobre as alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidentes a partir de 1º de abril de 2026.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.314, DE 18 DE MARÇO DE 2026</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.055, de 6 de dezembro de 2021, que dispõe sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.313, DE 16 DE MARÇO DE 2026</u> Institui o Sistema Difusão Estratégica de Alertas de Risco sobre Mercadorias e Armamentos Sensíveis - DESARMA.</p> <p><u>PORTARIA RFB Nº 663, DE 16 DE MARÇO DE 2026</u> Institui projeto piloto de intercâmbio de informações para gestão de riscos de cargas no âmbito da cooperação aduaneira entre a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e o <i>U.S. Customs and Border Protection</i>.</p> <p><u>ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO RFB Nº 4, DE 18 DE MARÇO DE 2026</u> Dispõe sobre o enquadramento do <i>Special Corporation Tax for Defence</i> como imposto abrangido pela Convenção entre o Brasil e</p>

	<p>o Japão destinada a evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre rendimentos.</p>
<p>Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MIDR/MCTI Nº 3, DE 5 DE MARÇO DE 2026</u> Aprova a atualização do Protocolo de Atuação Integrada entre a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.</p> <p>SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA <u>PORTARIA Nº 676, DE 3 DE MARÇO DE 2026</u> Estabelece, no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, as competências de cada área técnica para a instauração, tramitação, análise e julgamento dos processos de aplicação de sanção contratual, com fundamento na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.</p>
<p>Ministério da Justiça e Segurança Pública</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MJSP/MD/MF Nº 63, DE 16 DE MARÇO DE 2026</u> Institui a Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Armas, Munições, Acessórios e Explosivos - Renarme, como ação de integração institucional, e define as regras para adesão de integrantes e parcerias.</p> <p><u>PORTARIA MJSP Nº 1.133, DE 18 DE MARÇO DE 2026</u> Institui Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a finalidade de elaborar a Diretriz Nacional de Promoção da Saúde Mental dos Profissionais de Segurança Pública.</p> <p>SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA <u>PORTARIA SENASP/MJSP Nº 648, DE 17 DE MARÇO DE 2026</u> (...) Art. 1º Fica instituída a Rede de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública - Rede Ciisp, cuja finalidade é integrar as agências do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública - Sisp, para a produção de conhecimento e assessoramento para a tomada de decisão em matéria de segurança pública. (...)</p>
<p>Ministério da Saúde</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 10.301, DE 13 DE MARÇO DE 2026</u> Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, a Câmara Técnica Assessora sobre Saúde Auditiva.</p> <p><u>PORTARIA GM/MS Nº 10.276, DE 16 DE MARÇO DE 2026</u> Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, Grupo de Trabalho para apoio às ações de estruturação e monitoramento da implementação do Sequenciamento Completo do Exoma no diagnóstico de doenças raras - GT Exomas.</p>

	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) ↳ 4ª Diretoria ↳ ↳ Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.056, DE 18 DE MARÇO DE 2026</u> (...) Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO. (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.044, DE 18 DE MARÇO DE 2026</u> (...) Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO. (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.043, DE 17 DE MARÇO DE 2026</u> (...) Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO. (...)</p> <p>SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE <u>PORTARIA SAES/MS Nº 3.949, DE 19 DE MARÇO DE 2026</u> Inclui procedimento e altera atributos de procedimentos integrantes do Componente Ambulatorial do Programa Agora Tem Especialistas, na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS.</p>
<p>Ministério das Relações Exteriores</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MRE Nº 652, DE 17 DE MARÇO DE 2026</u> Aprova a Matriz de Competências da Carreira de Diplomata.</p>
<p>Ministério de Minas e Energia</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA MME Nº 127, DE 19 DE MARÇO DE 2026</u> Fixa o preço de comercialização - PC para o período de apuração da subvenção econômica ao óleo diesel rodoviário compreendido de 12 de março de 2026 a 31 de março de 2026, nos termos do art. 3º, § 1º, do Decreto nº 12.878, de 13 de março de 2026.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MDA Nº 78, DE 19 DE MARÇO DE 2026</u> Dispõe sobre os critérios para o aumento dos limites máximos do percentual do valor de contrapartida financeira estabelecido na Lei nº 15.321, de 31 de dezembro de 2025, Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício de 2026, previsto em convênios e contratos de repasse no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS) <u>RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 228, DE 19 DE MARÇO DE 2026</u> Dispõe sobre a atuação da(o) Orientadora(or) Social ou Educadora(or) Social, no exercício da função de educadora(or) par, junto a povos e comunidades tradicionais, grupos populacionais</p>

	específicos, refugiadas(os) e migrantes, e regulamenta a atuação da(o) educadora(or) par.
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MDIC Nº 68, DE 17 DE MARÇO DE 2026</u> Estabelece normas complementares à Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024, relativas ao regime de incentivos à realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento e de produção tecnológica do Programa Mobilidade Verde e Inovação - MOVER, e dá outras providências.</p>
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	<p>COMITÊ GESTOR DO FUNDO NACIONAL PARA A REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS <u>RESOLUÇÃO CG-FNRB Nº 8, DE 9 DE ABRIL DE 2025</u> Aprova o Plano de Salvaguarda Socioambiental do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios - FNRB e atualiza o Manual de Operações do FNRB.</p> <p>INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 7, DE 17 DE MARÇO DE 2026</u> Declara o pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>) como espécie exótica invasora quando detectado fora de sua área de ocorrência natural.</p>
Ministério do Planejamento e Orçamento	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MPO Nº 78, DE 19 DE MARÇO DE 2026</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo; e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 2.845.937.443,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p>
Ministério do Trabalho e Emprego	<p><u>PORTARIA Nº 506, DE 20 DE MARÇO DE 2026</u> Altera a Portaria MTE nº 435, de 20 de março de 2025, para estabelecer critérios e procedimentos operacionais para o recolhimento, inclusive em atraso, de valores de empréstimos consignados descontados em folha de pagamento, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro 2003.</p>
Ministério do Turismo	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MTUR Nº 11, DE 18 DE MARÇO DE 2026</u> Aprova o detalhamento do Programa de Adaptação Climática para o Turismo, no âmbito do Plano Nacional de Turismo 2024-2027.</p> <p><u>PORTARIA MTUR Nº 10, DE 18 DE MARÇO DE 2026</u> Aprova o detalhamento do Programa de Atração de Investimentos Privados para o Turismo, no âmbito do Plano Nacional de Turismo - PNT 2024-2027.</p>

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 399, DE 18 DE MARÇO DE 2026</u> Dispõe sobre o Programa Nacional Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas.</p> <p>SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE MARÇO DE 2026</u> (...) Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Fórum Nacional de Lideranças Migrantes, Refugiadas e Apátridas - FOMIGRA, conforme anexo a esta Portaria. (...)</p>
Banco Central do Brasil (BCB)	<p>DIRETORIA COLEGIADA (DC) <u>ATO DO PRESIDENTE Nº 1.380, DE 17 DE MARÇO DE 2026</u> Decreta a liquidação extrajudicial do Banco Master Múltiplo S.A. - em Regime de Administração Especial Temporária.</p>
SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO	
PUBLICAÇÃO DOE-SP	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
18/03/2026	<p><u>DECRETO Nº 70.459, DE 18 DE MARÇO DE 2026</u> Regulamenta a Lei nº 18.375, de 23 de dezembro de 2025, que reestrutura o Fundo de Aval - FDA, instituído pela Lei nº 10.016, de 29 de junho de 1998.</p>
17/03/2026	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.439, DE 13 DE MARÇO DE 2026</u> Autoriza o Poder Executivo a assegurar a prestação de serviços de escolta e segurança pessoal a autoridades e ex-autoridades do Estado de São Paulo, bem como a seus familiares, em razão do risco inerente às funções públicas exercidas.</p> <p><u>LEI Nº 18.429, DE 13 DE MARÇO DE 2026</u> Altera a Lei nº 17.431, de 14 de outubro de 2021, para estabelecer o Protocolo de Combate à Violência contra a Mulher na Universidade.</p> <p><u>LEI Nº 18.428, DE 13 DE MARÇO DE 2026</u> Declara como bem cultural de natureza imaterial do Estado de São Paulo, a Sociedade Recreativa Beneficente Esportiva e Escola de Samba Lavapés Pirata Negro.</p> <p><u>LEI Nº 18.427, DE 13 DE MARÇO DE 2026</u></p>

	<p>Institui o Protocolo Antirracista, determinando aos estabelecimentos comerciais de grande circulação de pessoas que implementem medidas de prevenção, conscientização e acolhimento de vítimas em situação de racismo no âmbito do Estado de São Paulo.</p> <p><u>LEI Nº 18.426, DE 13 DE MARÇO DE 2026</u> Altera a redação da Lei nº 6.757, de 15 de março de 1990, para tornar obrigatória a execução vocal semanal do Hino Nacional em todos os estabelecimentos públicos e privados de ensino fundamental e ensino médio no Estado de São Paulo.</p> <p><u>LEI Nº 18.425, DE 13 DE MARÇO DE 2026</u> Garante o direito à amamentação e ao aleitamento materno em creches e estabelece diretrizes ao Poder Executivo Estadual para o apoio aos municípios na formulação e implementação de ações de proteção e incentivo à amamentação e ao aleitamento materno em creches no âmbito do Estado de São Paulo.</p> <p><u>LEI Nº 18.424, DE 13 DE MARÇO DE 2026</u> Autoriza a criação do Programa de Combate aos Crimes de Pedofilia e Exploração Sexual Infantil no âmbito das escolas estaduais e dá outras providências.</p> <p><u>LEI Nº 18.423, DE 13 DE MARÇO DE 2026</u> Disciplina a celebração de contratos de cessão onerosa de direito à nomeação de eventos e equipamentos públicos estaduais - "Naming Rights".</p> <p><u>LEI Nº 18.422, DE 13 DE MARÇO DE 2026</u> Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Estadual para o Incentivo à Utilização da Musicoterapia como tratamento terapêutico complementar de pessoas com deficiência, síndromes e/ou Transtorno do Espectro Autista - TEA.</p> <p><u>LEI Nº 18.421, DE 13 DE MARÇO DE 2026</u> Institui a Semana Estadual do Rádio, no Estado de São Paulo.</p> <p><u>LEI Nº 18.420, DE 13 DE MARÇO DE 2026</u> Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de refeições prontas para o consumo e dá outras providências.</p> <p><u>LEI Nº 18.419, DE 13 DE MARÇO DE 2026</u> Dispõe sobre o estabelecimento de Perímetro de Proteção Escolar no entorno das unidades da rede estadual de ensino, e dá outras providências.</p>
<p>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</p>	<p>MARGINÁLIA ESTADUAL</p>
<p>Secretaria da Administração Penitenciária (SAP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP N.º 17, DE 16 DE MARÇO DE 2026</u> Regulamenta, no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária - SAP, a concessão de horário especial aos policiais penais, bem como aos servidores da área meio e saúde com</p>

	<p>deficiência ou com Transtorno do Espectro Autista - TEA, nos termos do Decreto n.º 69.045, de 14 de novembro de 2024.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SAP Nº 15, DE 16 DE MARÇO DE 2026</u> Formaliza alteração na classificação de CCESP no Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria da Administração Penitenciária, constante do Anexo II, do Decreto n.º 69.228, de 23 de dezembro de 2024, nos termos do § 2º, do artigo 20, do Decreto n.º 68.742/2024.</p>
<p>Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</p> <p><u>RESOLUÇÃO SAA Nº 08, DE 11 DE MARÇO DE 2026</u> Aprova normas e procedimentos administrativos para o registro e a atualização cadastral de empresas que atuam na cadeia dos agrotóxicos e afins de uso fitossanitário em área agrícola no Estado de São Paulo.</p> <p>→ Subsecretaria de Agricultura <u>PORTARIA DEFESA AGROPECUÁRIA - 29, DE 13 DE MARÇO DE 2026</u> Dispõe sobre os procedimentos que devem ser realizados pelos estabelecimentos comerciantes de produtos e insumos veterinários quanto ao lançamento de informações dos estoques de produtos biológicos em sistema informatizado da Diretoria de Defesa Agropecuária, para utilização nas vacinações compulsórias e facultativas dos programas de sanidade animal, referentes às doenças de Peculiar Interesse do Estado, e dá outras providências.</p> <p><u>PORTARIA DEFESA AGROPECUÁRIA - 27, DE 13 DE MARÇO DE 2026</u> Estabelece a relação de documentos necessários para o registro de empresas e estabelecimentos que operam com agrotóxicos e afins no âmbito da Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo.</p>
<p>Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</p> <p><u>RESOLUÇÃO SFP/AEFP Nº 727, DE 17-03-2026</u> Dispõe sobre Índices de Reajustes de Preços de Contratos de Serviços, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 48.326 de 12-12-03 e Resolução da Casa Civil nº 79 de 12-12-03 e suas alterações.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SFP/AEFP Nº 728, DE 17-03-2026</u> Autoriza a divulgação dos Índices de Preços de Obras Públicas.</p>
<p>Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)</p>	<p>SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SGGD/SGP Nº 08, DE 13 DE MARÇO DE 2026</u> Dispõe sobre procedimentos relativos à 2ª Edição do Programa de Demissão Incentivada - PDI, de que tratam os artigos 26 a 34 da Lei nº 17.293, de 15/10/2020, e o Decreto nº 70.450, de 11/03/2026</p>

<p>Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL)</p>	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMIL/SP ÁGUAS/DER Nº 01/2026</u> Dispõe sobre a governança interinstitucional entre a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística – SEMIL, a Agência de Águas do Estado de São Paulo – SP-Águas e o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, para a implementação de obras e serviços no âmbito do “São Paulo Sempre Alerta”, reorganizado pelo Decreto nº 69.585, de 5 de junho de 2025.</p>
<p>Secretaria da Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS Nº 50, DE 17 DE MARÇO DE 2026</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde, em consonância ao programa 0930 – Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, com vista a cooperação financeira aos municípios, no financiamento de ações e serviços decorrentes da Atenção Básica prestada à comunidade e dá providências correlatas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS Nº 49, DE 17 DE MARÇO DE 2026</u> Dispõe sobre a execução de emendas parlamentares previstas na Lei Orçamentária Anual da União que acrescentam recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS) para o incremento de Média e Alta Complexidade – MAC, e dá providências correlatas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS Nº 47, DE 16 DE MARÇO DE 2026</u> Dispõe sobre o complemento financeiro referente a fevereiro de 2026, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos administrados por Organizações Sociais de Saúde - OSS</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS Nº 46, DE 16 DE MARÇO DE 2026</u> Dispõe sobre o complemento financeiro referente a fevereiro de 2026, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, para Entidades da Administração Pública (SAP e IAMSPE).</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS Nº 45, DE 16 DE MARÇO DE 2026</u> Dispõe sobre o complemento financeiro referente a fevereiro de 2026, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos da Rede Complementar do SUS-SP (Convênios com entidades sem fins lucrativos e Contratos com entidades privadas).</p>
<p>Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)</p>	<p>REITORIA ↳ Gabinete do Reitor <u>RESOLUÇÃO GR Nº 11/2026, DE 16 DE MARÇO DE 2026</u></p>

	<p>Dispõe sobre a Carta de Serviços ao Usuário da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e estabelece responsabilidades e diretrizes para sua atualização e manutenção.</p>
<p>Publicação DOE Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>20/03/2026</p>	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 244/2026, DE 20/03/2026</u> Dispõe sobre a implantação, pelas instituições de ensino, de sistema de identificação biométrica e/ou reconhecimento facial, com notificação automática aos pais ou responsáveis na forma que especifica, e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 242/2026, DE 20/03/2026</u> Dispõe sobre o prazo máximo para resposta administrativa às solicitações de fornecimento de medicamentos não incorporados ao Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Estado de São Paulo; estabelece procedimento de análise prioritária para casos urgentes; assegura transparência no acompanhamento dos pedidos; e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 241/2026, DE 20/03/2026</u> Dispõe sobre a criação de serventia extrajudicial na Comarca de Vargem Grande Paulista.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 240/2026, DE 20/03/2026</u> Dispõe sobre a criação de serventia extrajudicial na Comarca de Salto de Pirapora.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 239/2026, DE 20/03/2026</u> Dispõe sobre a extinção de serviço extrajudicial (Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas) e atribuição da especialidade a unidade já existente na Comarca de Laranjal Paulista (Registro de Imóveis e Anexos).</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 238/2026, DE 20/03/2026</u> Dispõe sobre a criação de serventia extrajudicial na Comarca de Jandira.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 237/2026, DE 20/03/2026</u> Dispõe sobre a criação de serventia extrajudicial na Comarca de Itupeva, e dá outra providência.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 236/2026, DE 20/03/2026</u> Dispõe sobre a criação de serventia extrajudicial na Comarca de Ferraz de Vasconcelos, e dá outra providência.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 235/2026, DE 20/03/2026</u> Dispõe sobre a criação de serventia extrajudicial Comarca de Embu-Guaçu.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 234/2026, DE 20/03/2026</u> Dispõe sobre a criação de serventia extrajudicial na Comarca de Cajamar.</p>

	<p><u>PROJETO DE LEI Nº 233/2026, DE 20/03/2026</u> Dispõe sobre a criação de serventia extrajudicial na Comarca de Caieiras.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 232/2026, DE 20/03/2026</u> Dispõe sobre a criação de serventia extrajudicial na Comarca de Bastos.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 230/2026, DE 20/03/2026</u> Institui o Programa Estadual de Segurança Digital nas Escolas e estabelece diretrizes para ações de formação de profissionais da educação voltadas à prevenção de riscos e à promoção da segurança digital de crianças e adolescentes na rede pública estadual de ensino, e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 229/2026, DE 20/03/2026</u> Dispõe sobre a proibição de propaganda de sites ou serviços de conteúdo adulto em estádios e outros espaços públicos, e dá outras providências.</p> <p>PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12/2026, DE 20/03/2026</u> Susta a Portaria Normativa Detran-SP nº 25, de 27 de março de 2024, que Estabelece regras gerais para o exercício de atividades delegadas ou reguladas pelo Departamento Estadual de Trânsito.</p>
<p>19/03/2026</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 228/2026, DE 19/03/2026</u> Dispõe sobre o plano de carreira dos integrantes das carreiras policiais civis do Estado de São Paulo.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 227/2026, DE 19/03/2026</u> Dispõe sobre efetivo, regime jurídico e regras gerais de promoção dos militares do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 226/2026, DE 19/03/2026</u> Dispõe sobre a reclassificação dos vencimentos dos integrantes da carreira de Delegado de Polícia, das demais carreiras policiais civis e da Polícia Militar, na forma que especifica.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 225/2026, DE 19/03/2026</u> Altera a Lei Complementar nº 1.280, de 13 de janeiro de 2016, que institui a Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Civil - DEJEC.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 224/2026, DE 19/03/2026</u> Altera a redação do inciso III do §1º do artigo 1º da Lei nº 18.403, de 18 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre o direito à instalação de estação de recarga individual para veículos elétricos em edificações residenciais e comerciais no Estado de São Paulo.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 222/2026, DE 19/03/2026</u> Dispõe sobre a proibição da captura, do embarque, do transporte, da comercialização, do processamento e da industrialização do "Peixe Dourado" (<i>Salminus brasiliensis</i> ou <i>Salminus maxillosus</i>), no Estado.</p>

	<p><u>PROJETO DE LEI Nº 221/2026, DE 19/03/2026</u> Permite o transporte de armamentos municiados, alimentados e carregados por colecionadores, atiradores e caçadores no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 218/2026, DE 19/03/2026</u> Institui diretrizes para a Política Estadual de Despoluição Sonora no Estado de São Paulo e dá outras providências.</p>
<p>18/03/2026</p>	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 216/2026, DE 18/03/2026</u> Autoriza a oferta de bebida proteica como alternativa alimentar complementar nas escolas da rede pública estadual de ensino e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 214/2026, DE 18/03/2026</u> Institui a Política Estadual de Prevenção, Monitoramento e Controle da Violência Escolar (PEPMCE) no Estado de São Paulo, ampliada para abranger violência de gênero e racial, e dá outras providências.</p> <p>PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS</p> <p><u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11/2026, DE 18/03/2026</u> Susta os efeitos da Resolução Seduc nº 35, de 13 de março de 2026, que fixa o módulo de Supervisor de Ensino ou Supervisor Educacional das Unidades Regionais de Ensino – URE da Secretaria do Estado da Educação – SEDUC e dá providências correlatas.</p>
<p>17/03/2026</p>	<p>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR</p> <p><u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 489, DE 2019</u> <u>MENSAGEM A-Nº 034/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO</u> São Paulo, 13 de março de 2026. (...) De iniciativa parlamentar, a proposição dispõe sobre o estabelecimento de Perímetro de Proteção Escolar no entorno das unidades da rede estadual de ensino e dá outras providências. (...)</p> <p><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1193, DE 2019</u> <u>MENSAGEM A-Nº 035/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO</u> São Paulo, 13 de março de 2026. (...) A propositura, de iniciativa parlamentar, cria o “Programa Cidadania Digital” nas escolas da rede estadual de ensino, visando “incentivar a cidadania por meio do comportamento adequado, responsável e saudável relacionado ao uso da tecnologia” (artigo 1º). (...)</p> <p><u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 416, DE 2020</u> <u>MENSAGEM A-Nº 036/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO</u></p>

São Paulo, 13 de março de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a medida dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de refeições prontas para o consumo e dá outras providências.

(...)

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 570, DE 2020
MENSAGEM A-Nº 037/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 13 de março de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a medida objetiva instituir, no Estado de São Paulo, a "Semana Estadual do Rádio", a ser celebrada, anualmente, na semana do dia 25 de setembro (artigo 1º), passando a integrar o Calendário Oficial de eventos do Estado (artigo 2º).

(...)

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 430, DE 2023
MENSAGEM A-Nº 038/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 13 de março de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Estadual para o Incentivo à Utilização da Musicoterapia como tratamento terapêutico complementar de pessoas com deficiência, síndromes e/ou Transtorno do Espectro Autista - TEA.

(...)

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 677, DE 2023
MENSAGEM A-Nº 039/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 13 de março de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição objetiva disciplinar os contratos de cessão onerosa de direito à nomeação de eventos e equipamentos públicos, estabelecendo parâmetros para a adoção do instituto (artigo 1º).

(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 818, DE 2023
MENSAGEM A-Nº 040/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 13 de março de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição objetiva disciplinar os contratos de cessão onerosa de direito à nomeação de eventos e equipamentos públicos, estabelecendo parâmetros para a adoção do instituto (artigo 1º).

(...)

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 1191, DE 2023
MENSAGEM A-Nº 041/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 13 de março de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição busca autorizar a criação do Programa de Combate aos Crimes de Pedofilia e Exploração Sexual Infantil no âmbito das escolas estaduais.

(...)

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 1666, DE 2023
MENSAGEM A-Nº 042/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 13 de março de 2026.

(...)

De origem parlamentar, a proposição institui o Protocolo Antirracista, determinando aos estabelecimentos comerciais de grande circulação de pessoas a implementação de medidas de prevenção, conscientização e acolhimento de vítimas em situação de violência racial.

(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 21, DE 2024
MENSAGEM A-Nº 043/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 13 de março de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição objetiva instituir o Balcão Virtual nos órgãos públicos do Estado de São Paulo, com a interação por videoconferência do ente público e dos usuários particulares, permitindo que qualquer cidadão receba orientações, esclareça dúvidas, resolva problemas e apresente manifestações de que trata a [Lei federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017](#).

(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 385, DE 2024
MENSAGEM A-Nº 044/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 13 de março de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição dispõe sobre a autorização de permanência de até dois acompanhantes junto às pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista – TEA, nas unidades de saúde das redes públicas e privadas no âmbito do Estado de São Paulo.

(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 656, DE 2024
MENSAGEM A-Nº 045/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 13 de março de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a medida institui a Política Estadual de Economia de Impacto consistente na articulação de esforços entre órgãos e entidades do Poder Público, setor privado e sociedade civil, para promover ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e economia de impacto no Estado (artigo 1º).

(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 871, DE 2024
MENSAGEM A-Nº 046/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 13 de março de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição busca instituir ações de combate e prevenção à obesidade infantojuvenil mediante a proibição da venda e da oferta, aos estudantes das escolas públicas e privadas do Estado, de bebidas e alimentos cujas quantidades de açúcares livres, sal, gorduras totais, gorduras saturadas e ácidos graxos trans sejam superiores aos limites estabelecidos pela autoridade sanitária competente (artigos 1º e 2º); determina o desenvolvimento de ações de prevenção e enfrentamento do sobrepeso e da obesidade infantojuvenil a serem desenvolvidas por escolas públicas e privadas (artigo 3º); prevê a imposição de penalidades para o caso de descumprimento de seus comandos (artigo 4º) e faculta ao Poder Público a celebração de ajustes com a União, outros Estados, Municípios e entidades da sociedade civil (artigo 6º).

(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 34, DE 2025

MENSAGEM A-Nº 047/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 13 de março de 2026.

(...)

De origem parlamentar, a propositura autoriza o Poder Executivo a assegurar serviços de segurança pessoal e de escolta a autoridades do Estado de São Paulo expostas a riscos inerentes às respectivas funções públicas, durante e após o desempenho dos respectivos cargos, estendendo tal proteção a seus familiares diretos.

(...)

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 196, DE 2025

MENSAGEM A-Nº 048/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 13 de março de 2026.

(...)

De origem parlamentar, a proposição altera a [Lei nº 17.431, de 14 de outubro de 2021](#) — que consolida a legislação paulista relativa à proteção e defesa da mulher —, para estabelecer o Protocolo de Combate à Violência contra a Mulher na Universidade.

(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 391, DE 2025

MENSAGEM A-Nº 049/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 13 de março de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposta visa a alterar a [Lei nº 12.548, de 27 de fevereiro de 2007](#), que consolida a legislação relativa ao idoso, para autorizar a criação do “Programa ZOSnãOTER”, destinado à disponibilização gratuita de 2 (duas) doses da vacina contra a herpes-zóster às pessoas com 60 anos ou mais em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1169, DE 2025

MENSAGEM A-Nº 050/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

	<p>São Paulo, 13 de março de 2026. (...) De origem parlamentar, a propositura dispõe sobre a permissão de visitação de animais de estimação a pacientes internados em hospitais públicos e privados no Estado de São Paulo. (...) PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 213/2026, DE 17/03/2026</u> Institui a Política Estadual de Atenção às Divisas Intermunicipais (PEADI) e dá providências correlatas. <u>PROJETO DE LEI Nº 212/2026, DE 17/03/2026</u> Dispõe sobre a regulamentação do uso e ocupação da faixa de domínio das rodovias estaduais, vicinais e estradas no Estado de São Paulo e estabelece medidas para coibir ocupações irregulares. <u>PROJETO DE LEI Nº 211/2026, DE 17/03/2026</u> Institui, no âmbito do Estado de São Paulo, a Política Estadual de Atenção Integral ao Diagnóstico, Tratamento e Acompanhamento de Pacientes com <i>Pectus Excavatum</i> e <i>Pectus Carinatum</i>, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 210/2026, DE 17/03/2026</u> Autoriza o Poder Executivo a instituir, no âmbito do Estado de São Paulo, a transferência de recursos financeiros na modalidade fundo a fundo para custeio de ações educacionais aos Municípios, por meio de seus Fundos Municipais de Educação, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 209/2026, DE 17/03/2026</u> Dispõe sobre o prazo de validade do laudo médico pericial que atesta a Síndrome de <i>Down</i>. <u>PROJETO DE LEI Nº 206/2026, DE 17/03/2026</u> Veda a nomeação, contratação ou designação para cargo, emprego ou função pública, no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, de pessoa condenada por crime sexual praticado contra criança ou adolescente, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 205/2026, DE 17/03/2026</u> Dispõe sobre a criação de vagões destinados ao uso exclusivo por mulheres no sistema de transporte metroferroviário do Estado de São Paulo e estabelece medidas de prevenção e combate ao assédio e à violência contra a mulher.</p>
<p>16/03/2026</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 204/2026, DE 16/03/2026</u> Institui a campanha "O transporte é público, o corpo da mulher NÃO!" no âmbito do Estado de São Paulo. <u>PROJETO DE LEI Nº 203/2026, DE 16/03/2026</u> Altera a Lei nº 12.685, de 28 de agosto de 2007, para disciplinar o financiamento e a operacionalização do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo em razão da aprovação da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, e dá outras providências.</p>

	<p><u>PROJETO DE LEI Nº 201/2026, DE 16/03/2026V</u> Determina a instalação de espaços de regulação sensorial em eventos, shows, casas de cultura, locais de prática esportiva e de lazer, públicos ou privados, destinados a grandes públicos, no Estado de São Paulo.</p>
<p>Publicação TCE</p>	<p>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)</p>
<p>19/03/2026</p>	<p>COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO CONJUNTO GP/SDG Nº 01/2026</u> Portal dos Conselhos Municipais – Educação Básica e Saúde O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (TCESP) comunica aos órgãos jurisdicionados municipais e aos Conselhos Municipais de Acompanhamento e de Controle Social que foi disponibilizada, no sítio eletrônico desta Corte, a ferramenta denominada “Portal dos Conselhos Municipais”, com a finalidade de orientar e fortalecer a fiscalização e o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos destinados à educação básica e à saúde. (...)</p>
<p>16/03/2026</p>	<p>COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 09/2026</u> Levantamento nacional acerca das políticas públicas voltadas à primeira infância O Tribunal de Contas do Estado, com fundamento na Lei Complementar Estadual nº 709, de 1993, bem como em seu Regimento Interno, INFORMA que o Ministério da Educação (MEC) promoverá levantamento nacional junto aos estados e municípios acerca das políticas públicas voltadas à primeira infância. A iniciativa tem por finalidade identificar os entes federativos que já dispõem de planos de primeira infância e verificar se estes se encontram atualizados, em conformidade com a Política Nacional Integrada da Primeira Infância, instituída pelo Decreto Federal nº 12.574/2025. Referida política estabelece diretrizes para assegurar a proteção, o desenvolvimento integral e o pleno exercício dos direitos das crianças de zero a seis anos de idade. O questionário, elaborado em parceria com a Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), encontra-se disponível no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec) para preenchimento pelos gestores municipais. No caso dos estados, os formulários serão encaminhados diretamente aos respectivos governos estaduais. A ação ocorre em meio às comemorações dos dez anos do Marco Legal da Primeira Infância (Lei Federal nº 13.257/2016), diploma que estabelece diretrizes fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças pequenas, reconhecendo, com base em</p>

	<p>evidências científicas, a relevância da primeira infância para o desenvolvimento humano e para o futuro da sociedade. O TCESP recomenda especial atenção dos gestores municipais e estaduais ao cumprimento da solicitação ministerial, considerando a importância da iniciativa para o fortalecimento das políticas públicas destinadas à primeira infância. SDG, em 12 de março de 2026. GERMANO FRAGA LIMA SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL</p>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
18/03/2026	<p><u>DECRETO Nº 65.023, DE 17 DE MARÇO DE 2026</u> Reorganiza a Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030, nos termos da Lei nº 16.817, de 2 de fevereiro de 2018, bem como revoga o Decreto nº 59.020, de 21 de outubro de 2019.</p>
17/03/2026	<p><u>DECRETO Nº 65.022, DE 16 DE MARÇO DE 2026</u> Regulamenta os procedimentos para execução, rastreabilidade e transparência das emendas parlamentares municipais e das emendas parlamentares federais e estaduais, no âmbito do Município de São Paulo.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Fernanda Vieira Cunha Schvanz
fschvanz@sp.gov.br

Márcia Santos de Oliveira
msoliveira@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>